

Desventuras científicas: resenha de “E quando a limonada antropológica azeda?”

Scientific misadventures: review of
“E quando a limonada antropológica azeda?”

Desventuras científicas: reseña de
“E quando a limonada antropológica azeda?”



Rafael de Mesquita O. F. Freitas



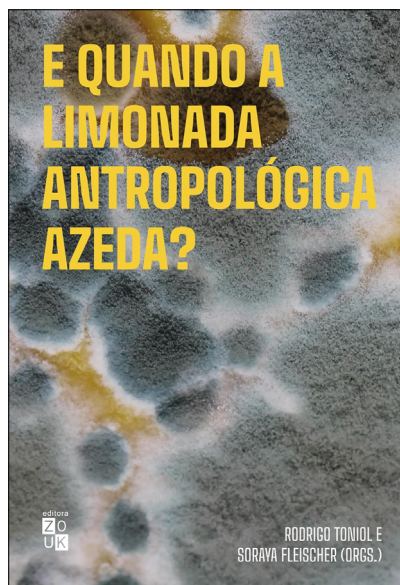
Doutorando, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social,
Universidade de Brasília (PPGAS/UnB). Brasília, Distrito Federal, Brasil



Mariana E. Petruceli



Mestranda, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social,
Universidade de Brasília (PPGAS/UnB). Brasília, Distrito Federal, Brasil



Toniol, R., & Fleischer, S. (2023).
E quando a limonada antropológica azeda?
Editora Zouk.

recebido: 01/01/2025 | aprovado: 16/04/2025

Freitas, R. M. O. F., & Petruceli, M. E. (2025). Desventuras científicas: resenha de “E quando a limonada antropológica azeda?”. *Revista Ética na Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*, 1(1), 61-66.

Autor de correspondência: Rafael de Mesquita O. F. Freitas (rafaelmfreitas@gmail.com).



Em tempos de excelência e otimização do *self*, uma faceta essencial dos modos de fazer ciência – assim como das condições de existência dos cientistas – está posta em risco, a saber, a necessidade de espaço para errar e encontrar becos sem saída. O livro não representa um elogio ao fracasso contra um demérito da invenção e das reinvenções de campo, que são tão características nos modos diversos de fazer ciência. Trata-se de ver a ciência como uma atividade no mundo, e não como uma transcendência abstrata. Parte inescapável do que é fazer ciência está em encontrar caminhos que não culminam em resultados esperados e que, em outras palavras, não necessariamente possibilitem fazer “limonadas a partir dos limões obtidos”. Dando ainda um passo adiante, não existe um modo de fazer ciência ou uma imagem estática e unificada de cientista. O que existem são práticas localizadas, que lidam com situações específicas (de acesso a interlocutores, contexto político, acesso a materiais, permissões etc.), em diálogo com abordagens epistemológicas e literaturas que nos permitem ver algumas coisas, e não outras.

Esse é o trunfo que o livro “E quando a limonada antropológica azeda?” alcança. Ao elaborar um espaço para autores apresentarem seus desencontros, desentendimentos, enganos, adoecimentos e políticas insolúveis – “Brigas com interlocutores, impedimentos burocráticos, desentendimentos com comitês de ética, ou mesmo perseguições, paixões, adoecimentos, acidentes, mortes” (p. 15) –, o leitor é recebido com uma série de reflexões imensamente frutíferas justamente por não possuírem o verniz do heroísmo científico.

O livro é composto por oito capítulos nos quais os autores contam suas desventuras em série, além de uma introdução e um prefácio, totalizando 195 páginas. Por mais que o livro guarde uma coesão temática, todos os capítulos podem ser lidos separadamente, sem que haja prejuízo ao aprendizado. De toda forma, advogamos pela leitura integral da obra.

A seguir, apresentamos uma breve reflexão sobre cada capítulo, de forma a ajudar o leitor que pretende investigar seus interesses mais específicos.

Em “De ideias encantadas sobre a pesquisa em Antropologia”, capítulo que abre o livro, Guillermo Vega Sanabria apresenta uma reflexão riquíssima sobre seis premissas presentes no trabalho antropológico (e que, com adaptação, podem ser mobilizadas para outros campos): da empatia, do engajamento, da utilidade prática da pesquisa, do antropólogo todo poderoso, da crença exagerada na fala e do final feliz. Ele analisa sua etnografia sobre a ocorrência de HIV/AIDS na África do Sul, mais especificamente com uma investigação sobre negacionismos na abordagem estatal. Alguns dos desafios enfrentados por Sanabria são facilmente reconhecíveis, como pressão para apresentar uma história pessoal ou um engajamento político relacionado ao tema da pesquisa, as dificuldades em lidar com figuras hierarquicamente superiores no contexto institucional e a recusa de algumas pessoas em falar com o pesquisador, motivada por percepções sobre sua posição no debate da AIDS.



No segundo capítulo, “Da borda ao fundo: política epistemológica entre pânicos e morais e antropologias que não o são”, Natânia Lopes narra momentos de sua pesquisa de doutorado sobre prostituição feminina de luxo no Rio de Janeiro, que ocorreu entre 2012 e 2016. A autora desenha um relato fictício baseado em momentos de sua etnografia para discorrer sobre temas muito caros à Antropologia. Nesta ficção, quem comanda a narrativa é Giovanna, uma prostituta-antropóloga – ou antropóloga-prostituta – que protagoniza discussões sobre relações entre centro e periferia na produção científica, autoetnografia e objetividade. A partir dos relatos da personagem fictícia, Natânia Lopes nos convoca a questionar o papel da objetividade na Antropologia, ao mesmo tempo que demonstra como o ativismo e a pesquisa antropológica muitas vezes se encontram em campo, numa relação frequentemente complexa e engendrada em moralismos.

No terceiro capítulo da obra, Clarice Cohn aborda os desafios de fazer pesquisa à sombra de um dos mais predatórios projetos desenvolvimentistas do Brasil: a usina de Belo Monte. No capítulo “Etnografias em tempos de Belo Monte: afeto e (des)confianças no fazer antropológico, ou a antropóloga e os Xikrin”, Cohn, uma professora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), passa a ingressar no campo com outro papel. O imbróglcio relatado pela autora envolve sua participação em uma equipe de estudos de impacto ambiental. A pesquisadora é percebida em campo como alguém que vai “agourar o futuro” (p. 62) ou mesmo como alguém que não foi capaz de impedir a chegada do “Belo Monstro”. O capítulo demonstra como o posicionamento e o reconhecimento da pesquisadora em campo alteram as relações que podem viabilizar ou impedir a pesquisa. Outra questão importante abordada, e que dialoga com os paradigmas de pesquisa questionados por Sanabria no primeiro capítulo do livro, é a reflexão sobre qual é o poder e qual é a convivência da antropóloga a partir do momento que ela passa a integrar o projeto, ainda que tenha a intenção de criar uma resistência de dentro. Passando por “acusações sérias, muitos fracassos, muitos embates” (p. 71), a autora traz à tona um tema central para a pesquisa em diversos campos: como lidar com a posição de pesquisadora quando nossos interlocutores esperam que nós conheçamos mais e sejamos capazes de contribuir efetivamente para a melhoria de sua qualidade de vida?

Em “Entre embargos e boicotes: bastidores de uma negociação de pesquisa com povo indígena”, Tadeu Lopes Machado relata os percalços vividos em campo durante pesquisa realizada com os indígenas Palikur, no Amapá. Para além de demonstrar a necessidade da construção coletiva das agendas de pesquisa, Machado chama atenção para a resignificação das ditas “crises” no campo etnográfico. Durante o tempo em que esteve com os Palikur, Machado teve seu projeto de pesquisa barrado e boicotado em duas situações diferentes. Os acontecimentos foram contornados a partir do diálogo com os integrantes da aldeia e revelaram a necessidade de driblar o que Spivak (2010) chama de “violência epistêmica” (citado na p. 60 do capítulo de Machado). O relato de Machado



faz coro ao de muitos outros antropólogos e etnólogos que veem suas pesquisas “barradas”. Em um contexto pós-cotas raciais, com a entrada de diferentes camadas sociais na academia, indígenas vêm cada vez mais reivindicando uma outra posição na pesquisa antropológica. Se, antes, esses agentes eram vistos apenas como sujeitos de pesquisa, hoje tomam para si a responsabilidade de suas trajetórias e narrativas a partir da construção coletiva das agendas de pesquisa e, principalmente, da autoria nessas instâncias acadêmicas.

O capítulo de Tiago Rodrigues, “(Des)confissões de ignorância e fracasso, ou relato cuidadoso e sincero das dificuldades do trabalho de campo etnográfico sobre temas ‘problemáticos’”, abre as portas para uma outra possibilidade de fracasso. Em um campo de pesquisa que teve as experiências com violência como aspectos centrais, Rodrigues encontrou duas grandes dificuldades, que não seriam novas para um antropólogo, todavia usualmente só conhecemos as narrativas de sucesso. A primeira é conceitual, trata-se da própria definição do que é violência, e a segunda, ética e metodológica, trata dos silenciamentos e das desistências de interlocutores que, mesmo com termos de consentimento assinados e acordos iniciais, ao revisitarem temas dolorosos, decidem não compartilhar as experiências. Uma consequência que quiçá será familiar aos leitores é entender os “furos, encontros desmarcados e cancelamentos” (p. 107) como uma falha pessoal ou uma falha profissional. Seria o fracasso resultante de uma deficiência na formação do pesquisador? Rodrigues levanta uma outra possibilidade: a de que os interlocutores da pesquisa têm seus próprios motivos para colocar freios no pesquisador, os quais podem dizer respeito a questões pessoais e que, independente do treinamento e da habilidade do pesquisador, o mais correto não seria buscar meios criativos de fazer o sujeito falar, e sim de respeitar seu silêncio e, mais objetivamente, seu desejo de não participar de uma pesquisa.

No capítulo “Antropólogas e violência obstétrica: uma relação incômoda”, Stephania Klusza e Jaqueline Ferreira enfrentam a questão sensível da violência obstétrica no Brasil, expondo os impactos no corpo e na vida de uma gestante-pesquisadora. As autoras discutem como o corpo de quem engravida é alvo de invasão e desvalorização, submetido ao escrutínio de diferentes agentes. Esse tema não é apenas teórico; a pesquisadora, sendo mulher e gestante, sente o peso dos relatos que coleta, deixando claro que, diante de contextos de violência, o distanciamento completo não é possível (p. 134). Para as autoras, ser mulher em um campo tão marcado por violência de gênero significa enfrentar relações que permeiam toda a sociedade, afetando as vítimas e as próprias pesquisadoras. Esse contato constante com o “saber misógino” torna impossível que a violência de gênero passe despercebida, evidenciando como tais pesquisas são inevitavelmente influenciadas pelas relações de gênero (p. 136). Ao compartilhar essa experiência, Klusza e Ferreira iluminam as complexidades e os desafios éticos que acompanham a pesquisa em um tema tão íntimo e sensível.



Certamente, o capítulo de autoria de Raquel de Bastos e Pedro Pereira, “Memórias de uma escargot: quando o campo adoecer”, aborda uma situação bastante incomum e com ares de privilégio: uma etnografia sobre antroposofia, uma espécie de “ciência espiritual”, na Suíça. Nas palavras de Raquel de Bastos, “narrar minha depressão nos Alpes virou motivo de chacota, afinal, era um privilégio estar triste em um lugar tão belo” (p. 158). Porém, os ares de distinção patentes nesse relato escondem uma face de abusos e hábitos aos quais nem sempre a pesquisadora é capaz de se adaptar, ou deveria se adaptar. Argumenta-se, assim, contra o elogio ao sacrifício de pesquisa como premissa louvável. Os sacrifícios impostos no campo e uma situação de isolamento e de alteridade forçada colocam a autora em uma espiral que é mascarada por uma produtividade acadêmica – “como eu continuava executando o esperado e participando de eventos acadêmicos, não era possível saber a dimensão do meu sofrimento” (p. 157). A “ideia de esforço em sua máxima potência” (p. 158) deixou marcas na pesquisadora. Acreditamos que uma pergunta que se coloca neste capítulo é: até que ponto (e até que custo) o sucesso é desejável?

Com uma escrita que flerta com a poesia, João Miguel Nieto Olivar nos conduz por seus inúmeros dilemas ao se aproximar de seu campo de pesquisa. Em “À beira da antropologia: trabalhar com mulheres indígenas (e outras) hoje”, o autor percorre um caminho que define como uma “antropologia descentralizada-de-si”, enquanto revela aspectos não ditos da prática etnográfica. Essa abordagem permite que o leitor acompanhe um processo de investigação construído a partir da intersecção entre o sujeito pesquisador e as complexidades do campo. Olivar defende que a compreensão do campo só se torna possível a partir de uma postura de humildade genuína, quase banal, mas essencial. Ao longo do capítulo, suas pré-concepções sobre o campo e seus problemas vão se desfazendo, mostrando como somente a experiência etnográfica direta possibilitou esse processo de autotransformação. Ao tratar de temas sensíveis e complexos, como a violência sexual e a prostituição entre mulheres indígenas, Olivar exemplifica como a reflexividade (a partir de Latour) é fundamental para o fazer antropológico que ele defende. Refletindo sobre si mesmo e os outros, o autor nos convida a expandir nossas perspectivas e possibilidades. Afinal, não é possível fazer antropologia sem atenção e aliança, sejam elas construídas pela compreensão de si em um contexto novo ou pela colaboração na criação coletiva de problemas de pesquisa. Olivar demonstra que a antropologia é, antes de tudo, um esforço compartilhado de escuta e construção de sentidos.

Este livro não é, portanto, um mero compêndio de fracassos, mas é também uma reflexão potente sobre os modos de fazer ciência. Ao longo dos capítulos, os autores nos convidam a repensar o processo científico, especialmente no campo da antropologia, como uma jornada repleta de desafios, incertezas e também permeada de fracassos – todos elementos essenciais para o crescimento e a inovação. Os relatos apresentados demonstram que os “fracassos” em campo são, na verdade,



oportunidades valiosas de aprendizado e transformação. Eles nos ensinam sobre a importância da flexibilidade metodológica, da ética na pesquisa e da necessidade de reconhecer e respeitar os limites impostos pelos sujeitos que participam do estudo. Além disso, as narrativas evidenciam como as experiências pessoais dos pesquisadores, incluindo suas vulnerabilidades e dificuldades, são parte integrante do processo científico.

Esta obra nos lembra que a ciência não é uma busca linear por respostas, mas um processo complexo e, muitas vezes, imprevisível. Ao valorizar as experiências de “fracasso”, o livro contribui para uma visão mais realista e humana da pesquisa científica, incentivando uma abordagem mais reflexiva e ética. Assim, não apenas documenta desafios, mas também propõe novos caminhos para uma ciência mais consciente, colaborativa e respeitosa com todos os envolvidos no processo de produção do conhecimento.

REFERÊNCIA

Spivak, G. (2010). *Pode o subalterno falar?* UFMG.